

A UNIVERSIDADE E O COMBATE À DESINFORMAÇÃO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO: UM LEVANTAMENTO DE AÇÕES

THE UNIVERSITY AND THE FIGHT AGAINST MISINFORMATION IN THE BRAZILIAN SEMI-ARID REGION: A MAPPING OF ACTIONS

LA UNIVERSIDAD Y LA LUCHA CONTRA LA DESINFORMACIÓN EN EL SEMIÁRIDO BRASILEÑO: UN MAPEO DE ACCIONES

Mauricio Vitor Souza Oliveira¹, Milka Alves Correia Barbosa², Fernanda Roda de Souza Araújo³

DOI: 10.54899/dcs.v22i82.3470

Recibido: 29/08/2025 | Aceptado: 25/09/2025 | Publicación en línea: 29/09/2025.

RESUMO

Este estudo investiga as ações desenvolvidas pelas universidades do Semiárido brasileiro para combater o ambiente de desinformação gerado pela disseminação de informações falsas, fenômeno intensificado pela democratização das tecnologias da informação e comunicação (Castells, 1999). Reconhecendo o papel crucial da educação na formação de cidadãos críticos e conscientes no uso das tecnologias (Frias Filho, 2018; Sousa Júnior *et al.*, 2020), adotou-se uma abordagem quantitativo-exploratória e teórico-empírica baseada na análise de conteúdo adaptada de Bardin (2011). A análise de 143 iniciativas identificadas nos sites institucionais de 18 universidades revelou que o combate à desinformação é recente e ainda pouco desenvolvido, especialmente nas instituições inteiramente localizadas no Semiárido, que apresentam poucas e superficiais ações nesse campo. Os resultados indicam que, além da escassa produção científica sobre o tema, o enfrentamento da desinformação não é prioridade nessas universidades. Assim, destaca-se a urgência de incluir o combate à desinformação como pauta central nas instituições do Semiárido brasileiro para fortalecer sua contribuição social e educativa.

Palavras-chave: Sociedade da Desinformação. Papel da Universidade. Levantamento de Ações.

ABSTRACT

This study investigates the actions developed by universities in the Brazilian Semi-Arid region to combat misinformation generated by the dissemination of false information, a phenomenon intensified by the democratization of information and communication technologies (Castells, 1999). Recognizing the crucial role of education in training citizens to be critical and conscious

¹ Mestre em Dinâmicas de Desenvolvimento do Semiárido, Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Petrolina, Pernambuco, Brasil. E-mail: oliveiramvitor@outlook.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8280-0981>

² Doutora em Administração, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Pernambuco, Brasil. E-mail: milka.correia@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8114-0333>

³ Doutora em Administração, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Pernambuco, Brasil. E-mail: fernanda.roda@ufpe.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0621-7505>

in their use of technologies (Frias Filho, 2018; Sousa Júnior *et al.*, 2020), a quantitative-exploratory and theoretical-empirical approach was adopted based on content analysis adapted from Bardin (2011). The analysis of 143 actions found on the websites of 18 universities showed that fighting misinformation is a new thing and still not very developed, especially at institutions located in the Semi-Arid region, which have few and superficial actions in this area. The results indicate that, in addition to the scarce scientific production on the topic, combating misinformation is not a priority at these universities. Thus, there is an urgent need to include combating misinformation as a central agenda item at institutions in the Brazilian Semi-Arid region to strengthen their social and educational contribution.

Keywords: Society of Misinformation. Role of the University. Action Mapping.

RESUMEN

Este estudio investiga las acciones desarrolladas por las universidades del Semiárido brasileño para combatir el ambiente de desinformación generado por la difusión de información falsa, fenómeno intensificado por la democratización de las tecnologías de la información y la comunicación (Castells, 1999). Reconociendo el papel crucial de la educación en la formación de ciudadanos críticos y conscientes en el uso de las tecnologías (Frias Filho, 2018; Sousa Júnior *et al.*, 2020), se adoptó un enfoque cuantitativo-exploratorio y teórico-empírico basado en el análisis de contenido adaptado de Bardin (2011). El análisis de 143 iniciativas identificadas en los sitios web institucionales de 18 universidades reveló que la lucha contra la desinformación es reciente y aún poco desarrollada, especialmente en las instituciones ubicadas íntegramente en el Semiárido, que presentan pocas y superficiales acciones en este campo. Los resultados indican que, además de la escasa producción científica sobre el tema, la lucha contra la desinformación no es una prioridad en estas universidades. Por lo tanto, se destaca la urgencia de incluir la lucha contra la desinformación como tema central en las instituciones del semiárido brasileño para fortalecer su contribución social y educativa.

Palabras clave: Sociedad de la Desinformación. Papel de la Universidad. Mapeo de Acciones.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

Ao longo da história, a sociedade sempre demonstrou certa fixação pelo futuro – uma evidência disso é a onda retrofuturista da década de 1980 que, ao projetar um horizonte altamente tecnológico, criou expectativas e modificou todo um imaginário popular. Esta temática foi abordada inúmeras vezes pelas artes e pelas obras da cultura pop, tal como o cinema. Em 2002, por exemplo, o filme *Minority Report: A Nova Lei* apresenta um futuro no qual a justiça utiliza novas tecnologias em prol da segurança pública – em um cenário repleto de carros independentes

controlados por inteligência artificial e vitrines inteligentes com algoritmos capazes de identificar os indivíduos e oferecer anúncios personalizados.

A visão da humanidade sendo dominada pelas tecnologias de informação e comunicação – TIC, contudo, está distante – ou nem tanto – das representações utópicas e distópicas propostas pela grande maioria dos filmes de ficção científica: no presente, esse domínio já acontece de forma tão orgânica que muitos sequer percebem, seja pela presença propositalmente oculta dos algoritmos, pela dependência cada vez mais intensa da sociedade pelas inteligências artificiais ou pela relativa facilidade de acesso aos meios tecnológicos (Orlowski, 2020).

A difusão e democratização das tecnologias da informação e comunicação (TIC) desde a década de 1990 transformaram hábitos, relacionamentos e cultura social (Castells, 1999). O uso intenso dessas tecnologias ultrapassou funções específicas, alcançando o cotidiano e facilitando a publicação e disseminação de opiniões pela internet (Rodrigues, 2016).

Para ilustrar essa ideia no atual contexto da sociedade, pode-se mencionar a disseminação de notícias falsas – ou *fake news* –, quando indivíduos replicam informações sem critério, gerando um ambiente de desinformação com consequências sociais graves (Sousa Junior *et al.*, 2020). Oliveira *et al.* (2015, p. 115) já alertavam que “o período contemporâneo está imerso na tecnologia, contudo distante de responsabilidade nos atos intencionais”.

No Brasil, onde cerca de metade da população usa o WhatsApp como fonte noticiosa (Instituto Unibanco, 2018), a desigualdade acentua esses problemas, pois o desenvolvimento das TIC ocorre de forma desigual regionalmente, deixando certas áreas “ignoradas” pela globalização (Campos; Zorzal; Gerlin, 2017; Kohn e Moraes, 2007).

Esse quadro, chamado de infodemia, resulta em uma massa zumbificada manipulada pela desinformação, que ameaça sistemas democráticos (Gils; Muller; Prufer, 2020), polariza social e politicamente (Helbing *et al.*, 2017), rejeita mídia tradicional (Delmazo; Valente, 2018) e nega a ciência, questionando a credibilidade da universidade (Andersen; Ramuski; Godoy, 2019).

O empenho da universidade diante desse cenário suscita questionamentos sobre suas atribuições e contribuições efetivas para enfrentá-lo. A Constituição Federal brasileira (Brasil, 1988, art. 207) define três funções indissociáveis para as universidades: ensino, pesquisa e extensão, com autonomia didático-científica, administrativa e financeira, sem hierarquização entre esses elementos (Gonçalves, 2015).

No entanto, a atuação universitária vai além desse tripé, incluindo funções secundárias decorrentes dessas atividades principais. Calderón (2004) enfatiza expectativas como melhoria

da qualidade de vida, incentivo cultural, erradicação do analfabetismo e assessoramento em políticas públicas, pautadas no compromisso social e formação crítica. Nesse sentido, Gimenez e Bonacelli (2013) destacam que as múltiplas demandas sociais instigam as universidades a repensar e ampliar seu papel para superar tais expectativas.

Esse conjunto de funções e atribuições pode ampliar bastante as possibilidades de atuação da universidade no combate ao fenômeno aqui abordado. E foi por conta dessa ampla gama de possibilidades que a universidade foi escolhida para ser o ponto focal deste estudo. Essas instituições, em teoria, deveriam não apenas produzir e difundir conhecimento, mas também protagonizar o enfrentamento à desinformação em seus vários níveis. Na prática, contudo, o que se observa é uma universidade com prioridades divididas entre outros problemas e que, aparentemente, não vem obtendo sucesso no combate à desinformação.

Diante do exposto e considerando o poder de influência que a universidade possui no ambiente no qual está inserida, este estudo tem como objetivo entender quais ações as universidades do Semiárido estão desenvolvendo para combater o ambiente de desinformação. Para tal, o artigo foi organizado em quatro seções além desta introdução. A fundamentação teórica está dividida em duas subseções: a primeira abordando as *fake news* no ambiente de desinformação, com conceitos, aspectos históricos, causas e desdobramentos pertinentes; e a segunda abordando a universidade e a educação frente ao ambiente de desinformação, discutindo especialmente os papéis da universidade diante desse contexto. Na sequência são apresentados os procedimentos metodológicos para o levantamento de ações das universidades e a discussão dos resultados obtidos. Por fim, o estudo é concluído com a evidente necessidade da realização de novas abordagens sobre a temática.

REFERENCIAL TEÓRICO

As *fake news* no ambiente de desinformação

O cenário de avanços tecnológicos cada vez mais rápidos vem precedentes para diversas preocupações, sendo a disseminação de *fake news* uma das mais atuais. Mas o que são, afinal, as *fake news*? Em tradução literal, o termo significa “notícias falsas” – uma definição que, apesar de simples, é bastante objetiva. Este tipo de notícia, no entanto, tende a possuir um conjunto de características que fornecem ao receptor um caráter de maior confiabilidade: texto afirmativo

(Sousa Junior *et al.*, 2020), estrutura em formato jornalístico (Matos, 2020), novidade, tom emocional e senso de urgência que incentivam o compartilhamento (Instituto Unibanco, 2018).

Dessa forma, é construída uma gigante rede de disseminação: pessoas “confiáveis” como amigos e familiares compartilham as *fake news* entre si, criando a ideia de que os remetentes das mensagens, por pertencerem ao círculo de convivência, são bem-intencionados e, por isso, as informações são fidedignas e não precisam ter a veracidade verificada. A veiculação desse tipo de notícia, além de promover a banalização do conteúdo abordado – a partir da visualização repetida da “notícia” (Matos, 2020) – também pode colaborar para que a sociedade deixe de confiar em informações divulgadas por fontes oficiais (Sousa Junior *et al.*, 2020),

A criação e divulgação de informações falsas ou tendenciosas não é novidade da era digital, sendo fenômenos históricos como os boatos sobre a ida do homem à Lua (Frias Filho, 2018) e o sensacionalismo em boletins informativos do século XVI após a invenção da prensa móvel (Serra, 2018). A novidade está no surgimento de instrumentos de alta capacidade para reproduzir e disseminar essas informações, como as redes sociais, que aceleram a circulação das notícias, ao mesmo tempo em que dificultam a verificação da veracidade do conteúdo compartilhado (Frias Filho, 2018; Carvalho; Mateus, 2018).

Em seu documentário, Orlowski (2020) explica que apesar da infinidade de conteúdos de qualidade disponível na internet, mecanismos específicos, como os algoritmos, podem fazer com que os usuários não tenham acesso espontâneo a essas informações – em outras palavras, o indivíduo tem duas opções: confiar em toda e qualquer informação recebida pelas redes sociais, mantendo desta forma o status quo, ou buscar informações de múltiplas fontes por livre e espontânea vontade. Paralelo a isso, Balem (2017) defende a ideia de que o cenário de desigualdade social contribui para a disseminação de notícias falsas porque, enquanto apenas alguns indivíduos possuem a capacidade de avaliar e processar as informações recebidas, todos possuem a mesma capacidade de replicá-las.

Para Serra (2018), existem quatro grupos principais de disseminadores de *fake news*: os usuários de redes sociais, os jornalistas, os líderes de opinião e os robôs (*bots*, *bots* políticos e ciborgues). Apesar de todos estes possuírem grande destaque no atual cenário mundial, os robôs acabam chamando ainda mais atenção por evoluírem à medida em que a tecnologia avança. Assim, essa categoria acaba se aproximando cada vez mais das características humanas, dificultando a sua detecção por parte do usuário.

Na prática, estes robôs atuam de diversas maneiras distintas. Enquanto os *bots* e *bots*

políticos agem por meio de algoritmos, reforçando o compartilhamento automático e em massa de conteúdo selecionado – como propagandas e notícias falsas, por exemplo –, os ciborgues agem de forma menos automatizada por serem *bots* híbridos, ou seja, existe uma intervenção humana que busca imitar os perfis reais (Serra, 2018). Desta forma, ciborgues tendem a criar certa reputação nas redes sociais, trazendo maior credibilidade ao conteúdo por eles compartilhado. Um caso que chamou a atenção de diversos veículos de notícias aconteceu em abril de 2020, quando supostos apoiadores do então governo brasileiro colocaram entre os assuntos mais comentados do Twitter a hashtag “#FechadosComBolsolnaro” – com um L a mais –, sugerindo a utilização de robôs, uma vez que seria praticamente impossível que centenas de milhares de usuários replicassem uma mensagem com o mesmo erro de grafia (Cunto, 2020).

Para Orlowski (2020), o mundo está diante de um novo modelo de negócio cujo lucro é proporcional à desinformação – alguém ganha mais dinheiro ao permitir que mensagens não verificadas atinjam o maior número de pessoas pelo menor preço. Uma das formas mais comuns de se obter lucro por desinformação é a veiculação das *fake news* em sites especializados em notícias falsas, tendenciosas ou sensacionalistas, que possuem diversos anúncios pagos monetizados por quantidade de cliques em manchetes chamativas ou polêmicas (Oliveira, 2018). Um caso notório aconteceu durante as eleições presidenciais dos Estados Unidos em 2016, quando um grupo de adolescentes de Veles, Macedônia, descobriu como ganhar dinheiro a partir de contratos com sistemas de remuneração por anúncios: veiculando notícias falsas em sites e atraindo uma enorme quantidade de cliques (Serra, 2018).

Sousa Junior *et al.* (2020), entretanto, explicam que o impacto da disseminação de *fake news* não está restrito apenas ao âmbito político, podendo interferir nos mais diversos cenários sociais. Um exemplo concreto e atual disso é o desdobramento da pandemia do novo coronavírus, que além de toda problemática da saúde pública, ainda enfrenta um verdadeiro bombardeio de informações falsas o tempo inteiro. Neto *et al.* (2020, p. 3), inclusive, relacionam as *fake news* à pandemia de uma forma metafórica: “um vírus que contamina a comunicação e promove ações e comportamentos contrários às orientações das autoridades técnicas no campo da saúde”.

Embora as *fake news* avancem, existem estratégias para proteger a sociedade, como desconfiar de notícias com erros e sensacionalismo (Serra, 2018), oferecer conteúdo científico confiável (Matos, 2020), promover diálogo para desmentir boatos (Oliveira, 2018) e usar ferramentas de checagem de fatos mantidas por agências e meios de comunicação (Sousa Junior *et al.*, 2020).cEntretanto, a maior aliada na luta contra a disseminação de *fake news* é a educação

– o único meio para que os cidadãos desenvolvam determinadas competências para o domínio e a convivência com as novas tecnologias.

Assim, a escola (independentemente do nível educacional) tem papel fundamental na formação de uma geração crítica e consciente, que use as novas tecnologias de forma responsável (Instituto Unibanco, 2018), que tenha a capacidade de discernimento para escolher e absorver o conteúdo consumido (Frias Filho, 2018), e que tenha percepção da possibilidade da alteração do conteúdo original da mensagem e da intencionalidade por trás da informação veiculada (Sousa Júnior *et al.*, 2020). Nesse contexto, a universidade demonstra um papel fundamental não apenas por ser uma fonte de conhecimento, mas também por formar educadores e outros profissionais.

A Universidade e a Educação Frente ao Ambiente de Desinformação

Uma audiência pública da Comissão de Educação chamou a atenção para a educação como única forma de interromper o ciclo de disseminação de desinformação. Para os especialistas presentes na audiência, a dificuldade de assimilação é causada pelo baixo nível de conhecimento de grande parte da população brasileira, especialmente quando o assunto é cultura digital (Agência Senado, 2019).

Para Ferrari (2018), a educação é a única forma de construir um “exército de checadores” de notícias, desenvolvendo um estímulo crítico para a busca e checagem de veracidade de informações. A construção do pensamento crítico, aliás, é imprescindível para que a luta contra a desinformação possa ser vencida (Dayrell; Rigas; Ramos, 2018; Ferrari, 2018; Pop; Ene, 2019; Ripoll, 2019; Ferrari; Boarini, 2020; Helvoort; Hermans, 2020), sendo uma das funções da universidade desenvolver o pensamento crítico da sociedade na qual está inserida. Esse construto é de fundamental importância para relacionar toda problemática aqui discutida.

De acordo com o estudo de Helvoort e Hermans (2020), existem ao menos quatro medidas principais para o combate à desordem na desinformação: abordagens tecnológicas, jornalismo mais forte, regulação governamental e programas educacionais. Nesse sentido, entende-se que a universidade, como instituição, pode estar envolvida em todas essas abordagens, seja por suas prerrogativas legais, seja por sua capacidade técnica-científica.

Apesar do seu papel fundamental no combate à presença e à disseminação de desinformação nas mídias sociais, a academia esbarra em dificuldades – ou até mesmo na impossibilidade – de acesso a dados para pesquisa, seja por restrições das plataformas, restrições

de compartilhamento ou até mesmo pelo tamanho dos dados (Baum; Lazer; Mele, 2017). Além de dificultar a realização de novas pesquisas, esses entraves evidenciam como os interesses corporativos e privados acabam sobressaindo o interesse público e coletivo, favorecendo a manutenção de um problema cada vez mais alarmante.

Para Helvoort e Hermans (2020), não é a penas a educação superior que pode ajudar a sociedade na sua convivência coma tecnologia. Para os autores, ensinar crianças e jovens a desenvolver atitudes críticas no uso da internet e mídias sociais é importante não apenas porque pessoas nessa faixa etária costumam acessar a internet de forma indiscriminada, mas também porque desenvolver competências digitais nessa idade é mais efetivo. Cabe ressaltar, entretanto, que não é possível discutir a educação infantil sem se discutir a educação superior, afinal, são as universidades que na maioria das vezes formam esses educadores.

A educação voltada para competências digitais é capaz de desenvolver no aluno a capacidade de ler, compreender e analisar informações, além de produzir comunicação de forma ética – habilidades essenciais para o exercício da cidadania (Agência Senado, 2019) – em um processo que deve acontecer com o envolvimento de diversos setores da sociedade (Dayrell; Rigas; Ramos, 2018). Essa perspectiva educacional não deve se limitar ao ensino fundamental, mas o contrário: acompanhar o estudante ao longo de toda sua vida, visto que o processo de desinformação demanda combate permanente (Ferrari; Boarini, 2020).

Para Lillian (2021), as Instituições de Ensino podem se comunicar com o público externo através de workshops, conferências, seminários e atividades na televisão, discutindo a desinformação e ajudando a capacitar as massas. Baum, Lazer e Mele (2017) sugerem, inclusive, a parceria entre pesquisadores e mídia. Espera-se que colaborações assim, com caráter inter e multidisciplinar, possam fortalecer a participação da universidade no combate à desinformação.

No entanto, observa-se que na prática, ações dessa natureza ainda são restritas a poucas universidades e instituições federais de ensino. Há, portanto, um longo caminho a ser percorrido na efetivação da universidade não só como parte integrante, mas também como uma das protagonistas na luta contra a desinformação no Brasil como um todo e nas suas regiões, especialmente as mais vulneráveis.

METODOLOGIA

O presente estudo pode ser melhor enquadrado como um levantamento majoritariamente

quantitativo e com finalidade exploratório-descritiva, já que há o intuito de proporcionar mais informações sobre o objeto de pesquisa, bem como descrevê-lo sem necessariamente interferir na sua dinâmica (Prodanov; Freitas, 2013); e de abordagem teórico-empírica, considerando o ambiente como fonte direta para coleta de dados (Demo, 2000). Nesse tipo de abordagem, numerar ou medir unidades não é o único intuito. Para a garantia de resultados satisfatórios, busca-se não apenas quantificar, mas também descrever e analisar os elementos existentes na realidade estudada (Prodanov; Freitas, 2013).

A natureza da pesquisa é exploratório-descritiva, uma vez que estudos dessa natureza possuem o objetivo de proporcionar maior familiaridade com o problema e expor características do fenômeno abordado (Gil, 2002; Prodanov; Freitas, 2013).

O objetivo deste levantamento foi identificar as ações de combate à desinformação executadas pelas Instituições de Ensino Superior do Semiárido brasileiro. A priori, optou-se por realizar o levantamento apenas em universidades federais, visto que, ao menos no contexto do Semiárido, são entidades dessa natureza que buscam abordar demandas sociais em detrimento das demandas do capital (Silva; Barbosa, 2020). O Quadro 1 mostra as universidades analisadas neste estudo.

Quadro 1 – Universidades Federais analisadas neste estudo

Instituição de ensino superior	Site institucional
Universidade Federal da Bahia – UFBA	https://www.ufba.br
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB	https://ufrb.edu.br/portal/
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB	https://unilab.edu.br
Universidade Federal da Paraíba – UFPB	https://www.ufpb.br
Universidade Federal do Cariri – UFCA	https://www.ufca.edu.br
Universidade Federal do Alagoas – UFAL	https://ufal.br
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG	https://portal.ufcg.edu.br
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE	https://www.ufpe.br
Universidade Federal de Sergipe – UFS	https://www.ufs.br
Universidade Federal do Ceará – UFC	https://www.ufc.br
Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB	https://www.ufob.edu.br
Universidade Federal do Piauí – UFPI	https://ufpi.br
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN	https://www.ufrn.br
Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF	https://portais.univasf.edu.br
Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE	http://www.ufrpe.br
Universidade Federal Rural do Semiárido – UFRSA	https://ufersa.edu.br
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM	http://portal.ufvjm.edu.br

Fonte: Os autores.

Para garantir o rigor científico deste levantamento, realizaram-se buscas exaustivas (Bardin, 2011) nos sites institucionais das universidades dispostas no Quadro 1, sendo

estabelecido um corte temporal entre 2018-2021 e considerando os seguintes descritores: *fake news* e desinformação. No total, foram identificadas 143 ações, as quais serão discutidas adiante.

Os critérios de inclusão consistiram na inserção de ações realizadas dentro do corte temporal e cuja discussão/intervenção estivesse voltada para o ambiente de desinformação. Os critérios de exclusão consistiram na eliminação de ações repetidas, ações de universidades de fora do Semiárido que porventura estivessem sendo divulgadas pelas universidades analisadas, ações realizadas fora do corte temporal proposto e cuja discussão/intervenção não fosse voltada para o ambiente de desinformação.

Procedimento de Análise de Dados

Optou-se por analisar as ações apenas com base nas informações disponibilizadas pelos sites institucionais das universidades. Essa decisão foi tomada com base principalmente i) na diferença entre a natureza as ações realizadas; ii) na quantidade de ações identificadas; e iii) na indisponibilidade de informações detalhadas sobre grande parte das ações.

Cabe ressaltar que o levantamento de ações de universidades aparenta não ser uma prática corriqueira entre os pesquisadores, dada a dificuldade de se encontrar estudos da mesma natureza publicados em períodos: ao menos até dezembro de 2021, data de finalização da presente pesquisa, não havia sido identificado nenhum levantamento semelhante em outros estudos. Nesse sentido, por se tratar de algo relativamente novo, buscou-se tomar um maior cuidado metodológico para que os dados obtidos não se tornassem meramente ilustrativos.

Para esta análise, foi utilizada metodologia semelhante à de Silva *et al.* (2021), com adaptações da análise de conteúdo conforme sugere Bardin (2011). Nesse sentido, a análise foi dividida em três momentos: **pré-análise**, quando as ações que formaram o corpus de pesquisa foram lidas de forma flutuante e deram origem a anotações com as primeiras impressões; **exploração do material**, quando o *corpus* foi analisado conforme categorização das ações, principais objetivos de cada ação e repetição de padrões; e **tratamento de resultados**, quando foram formados os contextos *a posteriori*, além da análise mais densa do corpus

Os contextos mencionados no parágrafo anterior referem-se às nomenclaturas utilizadas para enquadrar as ações com base nos seus escopos, de forma coincidente com a literatura pertinente (Prodanov; Freitas, 2013) – sendo estes: Sociedade da (des)informação, ambiente político, saúde (na pandemia) e saúde (além da pandemia). A nomenclatura utilizada para

descrever o contexto dos estudos foi definida a posteriori, mediante análise de dados – se um artigo aborda processo eleitoral e outro aborda teoria da democracia, por exemplo, ambos foram classificados como “Ambiente político”.

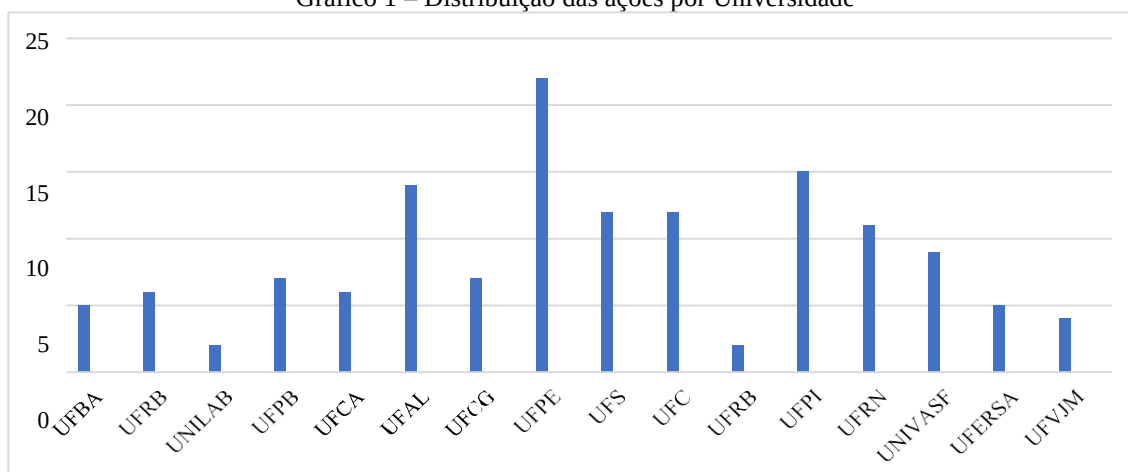
Para fins de organização, as ações alimentaram um quadro conceitual, detalhando instituição de ensino que realizou a ação, resumo da ação, ano de execução, categoria, contexto e link de acesso. Com o intuito de padronizar a identificação das ações, optou-se por atribuir um código para uma delas, composto por sigla da instituição de ensino e número da ação com base na ordem em que foi identificada nos sites institucionais – para a terceira ação identificada na Universidade Federal da Bahia, foi atribuído o código **UFBA_003**, por exemplo.

A partir do processo de tratamento e análise dos dados, emergiram seis categorias de ações, sendo elas: apoio e divulgação; eventos; *podcast*, *vlog* ou *live*; projeto de extensão; publicação de matéria ou informativo; e publicação de obra. Para ações mais específicas e/ou diversificadas, foi criada a categoria outras ações. Buscou-se categorizar as ações com base na sua operacionalização – palestras e seminários, por exemplo, foram enquadradas como “Evento”, enquanto *podcasts* e vídeos em canais oficiais foram enquadrados como “*Podcast, vlog ou live*”. Esse enquadramento foi feito *a posteriori*, após o levantamento de todas as ações.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do levantamento feito nos sites institucionais das 18 universidades com campi no semiárido, foi possível recuperar um total de 143 ações diversas relacionadas ao combate à desinformação. A quantidade de ações por universidade está ilustrada no Gráfico 1, abaixo.

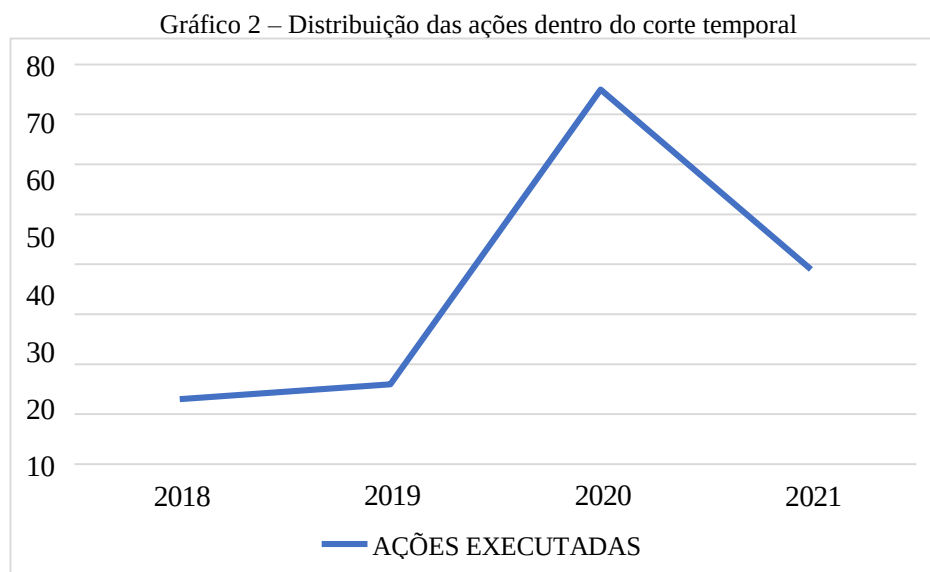
Gráfico 1 – Distribuição das ações por Universidade



Fonte: Os autores.

Considerando as ações recuperadas, tem-se que a atuação das universidades contra a desinformação é algo muito recente, que teve início em meados de 2018 e, ao longo dos anos, foi se expandindo. Supõe-se que esse crescimento tenha sido iniciado durante/após o Processo Eleitoral de 2018 – quando as temáticas desinformação e *fake news* tornaram-se pauta de debates em diversos campos sociais – e ampliado durante a pandemia da COVID-19.

Diante disso, para tentar compreender melhor as estratégias das universidades, foram analisadas duas variáveis: ano de realização da ação e contexto da ação. Das 143 ações, 13 foram executadas em 2018, 16 em 2019, 75 em 2020 e 39 em 2021 (até novembro, último mês em que as ações foram levantadas). A evolução da quantidade de ações executadas ao longo dos anos pode ser observada abaixo no Gráfico 2.



Fonte: Os autores.

Essas ações foram divididas em quatro contextos: Sociedade da (des)informação, Ambiente político, Saúde (na pandemia) e Saúde (além da pandemia). A Tabela 1 descreve a quantidade de iniciativas por contexto.

Tabela 1 – Quantidade de ações por contexto.

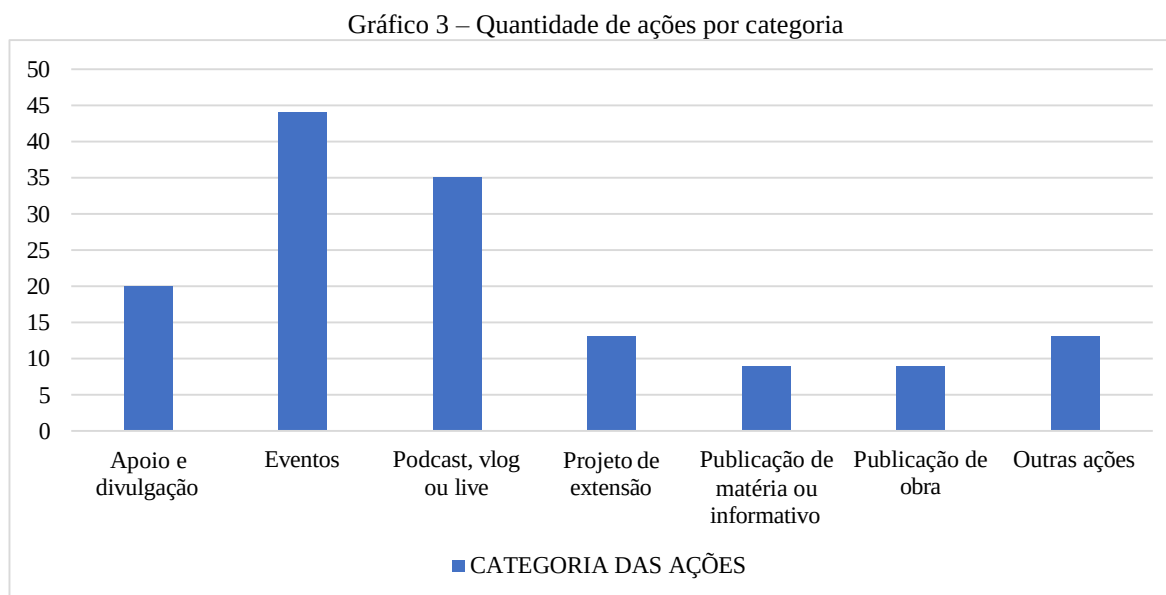
CONTEXTO	QUANTIDADE
Ambiente político	15
Sociedade da (des)informação	47
Saúde (na pandemia)	77
Saúde (além da pandemia)	04

Fonte: Os autores.

Cruzando essas duas variáveis, foi possível identificar que em 2018 e 2019 os contextos mais abordados foram **Ambiente político** (8 ações) e **Sociedade da (des)informação** (13 ações), respectivamente. Em 2020 e 2021, contudo, **Saúde (na pandemia)** passou a ser o centro das ações realizadas pelas universidades (com 52 e 25 ações por ano, respectivamente). Essa informação reforça a suposição apresentada anteriormente, de que as discussões sobre o ambiente de desinformação ganharam força com o Processo Eleitoral de 2018 e foram altamente ampliadas após a pandemia do novo coronavírus.

Em termos de categoria, observou-se que as universidades não concentram suas iniciativas em poucas categorias – pelo contrário, buscam executar suas ações a partir de diversos meios. Na análise, foram identificadas seis categorias distintas, sendo elas: **apoio e divulgação; eventos; podcast, vlog ou live; projeto de extensão; publicação de matéria ou informativo; e publicação**

de obra. Para ações mais específicas e/ou diversificadas, foi criada a categoria **outras ações**. Abaixo, o Gráfico 4 ilustra a divisão de ações por categoria.



Fonte: Os autores.

Grande parte das ações identificadas pertencem à categoria de eventos. Tais ações são fundamentais para a capacitação das massas, conforme pontua Lillian (2021): para ela, *workshops*, conferências e seminários são ótimas estratégias de comunicação com o público externo que estão ao alcance das instituições de ensino.

Chama a atenção a quantidade de iniciativas na categoria *podcast, vlog ou live*: das 143 iniciativas, 35 estão nessa categoria – o que representa aproximadamente $\frac{1}{4}$ do total. Ações assim contribuem não apenas para a modernização da universidade, mas principalmente para a difusão do conhecimento científico no ambiente virtual – que é um meio dominado pela desinformação. Além disso, é crescente o público desse tipo de conteúdo: durante a pandemia, por exemplo, pôde ser observado um aumento no consumo de podcasts especialmente após o início da pandemia. Desta forma, uma vez que o processo de desinformação está centralizado nas tecnologias de informação e comunicação (Helbing *et al.*, 2017; Frias Filho, 2018; Orłowski, 2020; Sousa Junior *et al.*, 2020), é fundamental que sejam executadas dentro desses meios, ações que possam enfrenta-lo e combata-lo de forma direta.

A categoria **projetos de extensão** também é de grande importância para o combate à desinformação. É principalmente (mas não somente) por meio desses projetos que a universidade pode materializar o seu serviço à comunidade (CHIARELLO, 2015), respondendo às demandas

sociais e dialogando ativamente com diversos setores do meio no qual está inserida (Gonçalves, 2015). Neste levantamento, foram identificados 13 projetos de extensão com enfoque total ou parcial no combate ao ambiente de desinformação. Destacam-se nesta categoria a Universidade Federal do Piauí com quatro projetos (*UFPI_006*, *UFPI_007*, *UFPI_013* e *UFPI_015*), a Universidade Federal do Alagoas com três projetos (*UFAL_004*, *UFAL_010* e *UFAL_011*) e a Universidade Federal de Pernambuco com três projetos (*UFPE_007*, *UFPE_013* e *UFPE_021*).

Cabe mencionar ainda algumas ações expressivas que não puderam ser classificadas dentro das categorias mencionadas. A ação *UFPB_005*, por exemplo, simulou uma guerrilha virtual com o objetivo de monitorar a audiência alcançada pelas notícias falsas divulgadas – um experimento de grande importância do ponto de vista científico, considerando que a temática da desinformação é carente de estudos científicos e, mais ainda, de estudos empíricos. Já a iniciativa *UFRPE_004*, que consistiu na criação de um Comitê para Prevenção do Coronavírus, teve como um dos objetivos o combate à desinformação entre alunos e seus familiares, chamando a atenção para a importância da atuação da universidade não se restringir apenas ao seu corpo de alunos.

Foram identificadas algumas ações específicas que envolviam o fact checking – ou checagem de fatos, em tradução livre – tais como *UFAL_001*, *UFC_011* e *UFERSA_001*. A checagem de informações consiste em uma das principais estratégias de curto prazo para combate à desinformação (Ferrari, 2018), sendo de vital importância que a sociedade passe a ter conhecimento sobre como conferir a veracidade das informações e notícias recebidas, e, como consequência, interromper o fluxo de disseminação de desinformação. Essas estratégias, inclusive, devem servir de exemplo a ser seguido por outras universidades do semiárido.

Ao longo da análise das estratégias executadas pelas universidades, algo que chamou a atenção foi a ausência de ações direcionadas ao desenvolvimento de competências digitais, seja no público interno, seja no público externo. É válido lembrar que o domínio de competências digitais é extremamente importante para que os indivíduos possam ser capazes de filtrar as informações absorvidas pelo meio digital (Campos; Zorzal; Gerlin, 2017). Além disso, supõe-se que a universidade possui uma infraestrutura minimamente aceitável para executar ações desse porte, especialmente quando se considera o corpo docente altamente qualificado para tal.

Por fim, esta análise permitiu perceber um aspecto em comum entre universidades localizadas inteiramente no semiárido: a baixa quantidade de ações contra a desinformação. A Universidade Federal Rural do Semiárido, por exemplo, conta com apenas quatro iniciativas de baixo impacto, sendo elas uma da categoria **evento** (*UFERSA_001*), uma de **apoio e divulgação**

(UFERSA_004) e duas de publicação de **matéria ou informativo** (UFERSA_002 e UFERSA_003). Já a Universidade Federal do Vale do São Francisco executou nove ações, sendo seis na categoria **podcast, vlog ou live** (UNIVASF_001, UNIVASF_002, UNIVASF_003, UNIVASF_004, UNIVASF_005, UNIVASF_006 e UNIVASF_007), uma de **apoio e divulgação** (UNIVASF_006), uma de **publicação de matéria ou informativo** (UNIVASF_008) e uma de **evento** (UNIVASF_009). Em ambas não foi possível identificar iniciativas nas categorias projeto de extensão ou publicação de obra, o que reflete, inclusive, na produção acadêmica.

Respondendo diretamente à pergunta norteadora “**Quais ações as universidades do semiárido estão desenvolvendo para combater o ambiente de desinformação?**”, observa-se que vêm sendo realizadas ações de combate ao ambiente de desinformação dentro de diversas categorias – algumas de maior impacto, mas a maioria superficial. No geral, considera-se que as ações realizadas estão aquém do ideal em questão de quantidade, mas que as universidades vêm se adaptando bem ao contexto digital (com iniciativas que tiram um bom proveito da era da tecnologia).

Cabe ressaltar que o objetivo dessa discussão não é desmerecer as ações dessas universidades, mas expressar preocupação com a situação, dado o contexto de desinformação enfrentado pelo Brasil. O semiárido brasileiro, em sua grande parte, abrange regiões de interior – que são historicamente desiguais – e um dos papéis da universidade, conforme abordado nas seções anteriores, é trabalhar para a diminuição dessas disparidades. Do ponto de vista da desinformação, entretanto, observa-se que isso não vem acontecendo da maneira ideal.

CONCLUSÃO

A partir de um levantamento das ações executadas pelas universidades do semiárido visando o combate a desinformação, foi possível perceber que cada instituição possui uma forma distinta de agir. Algumas apresentam poucas ações, porém expressivas; outras apresentam muitas ações com pouca expressividade. Entende-se que isso se deve à autonomia que as universidades possuem a execução desse tipo de estratégia.

A quantidade expressiva de podcasts, vlogs e lives promovidos pelas universidades evidenciou uma boa adaptação destas instituições ao contexto digital – em especial diante das medidas de distanciamento impostas pela pandemia, que impediram a realização de atividades

presenciais. Dentre as outras categorias identificadas, estão: apoio e divulgação, eventos, projetos de extensão, publicação de matéria ou informativo, publicação de obra e outras ações.

Essas iniciativas, entretanto, estão longe de serem o suficiente: é imperativo que as universidades incentivem a criação de grupos de estudo e pesquisa, bem como de projetos de extensão voltados para a temática aqui abordada. As ações de caráter intervencionista, inclusive, tendem a alcançar o público externo de forma mais efetiva que as demais ações, considerando o rigor científico a elas aplicado. Além disso, projetos de extensão tendem a gerar relatórios que podem (e devem) subsidiar a elaboração de estudos científicos, instrumentos fundamentais para a avaliação e aperfeiçoamento das atividades.

Este estudo levantou, ainda, um aspecto preocupante relativo às universidades que atuam predominantemente ou inteiramente na região semiárida: essas universidades demonstraram, no geral, poucas iniciativas – e, desse montante, a grande maioria era superficial. Isso mostra que, além de não produzirem conhecimento científico sobre a desinformação, tais instituições também não priorizam o combate ao fenômeno aqui discutido. É inadiável, portanto, que o combate à desinformação se torne pauta recorrente nas universidades do semiárido brasileiro.

No geral, nota-se que a discussão sobre o ambiente de desinformação e seus aspectos, ao menos no contexto brasileiro, ascendeu por volta de 2018, época em que o Processo Eleitoral popularizou termos como “*fake news*”, mas foi intensificada de fato a partir de 2020, quando a pandemia da COVID-19 evidenciou o real ambiente de desinformação no qual o país está inserido. Com a pandemia se atenuando, é natural que tanto os estudos quanto as iniciativas das universidades também tenham a periodicidade reduzida. É de suma importância, no entanto, que isso não aconteça: tanto a discussão quanto o combate à desinformação devem ser contínuos.

Frente a este quadro, sugere-se que seja estabelecida uma agenda de pesquisas futuras utilizando a desinformação e seus diversos aspectos como temática central. Algumas questões merecem resposta, tais como: O que as universidades brasileiras vêm produzindo sobre o ambiente de desinformação? Quais regiões do Brasil estão mais vulneráveis à desinformação? Como alunos de pós-graduação lidam com o ambiente de desinformação?

O ambiente de desinformação dificilmente será superado sem que haja um investimento amplo e contínuo em políticas públicas educacionais. Ressalta-se, contudo, que o problema não é apenas a falta de educação no sentido quantitativo (mais alunos na escola, mais pessoas concluindo o nível superior etc.), mas principalmente a falta de uma educação voltada para a convivência com as tecnologias de informação e comunicação.

É essencial que as estratégias de combate ao ambiente de desinformação priorizem o desenvolvimento de competências digitais. O ideal é que o desenvolvimento de competências digitais seja iniciado ainda na infância, durante o ciclo de educação básica, mas isso não significa que deve se restringir a essa fase. Pelo contrário: propõe-se uma formação contínua em competências digitais que abranja todos os níveis educacionais – do básico ao superior – afinal, as tecnologias de informação e comunicação estão em mudança constante. Restringir o aprendizado tornaria a estratégia ineficiente e ineficaz.

Ressalta-se que os resultados do investimento em competências digitais não são imediatos, isto é, devem ser notados no médio e no longo prazo. Essa intervenção, entretanto, é fundamental para a criação de uma cultura de questionamento na qual os indivíduos, munidos de senso crítico e desconfiança – no sentido literal da palavra – tenham naturalmente a iniciativa de checar informações e frear a disseminação de conteúdo falso, tendencioso ou de origem duvidosa. Ninguém está isento do risco de “cair em uma *fake news*”, por isso é preciso que as pessoas cada vez mais possam distinguir o real do falso – o que não é difícil, mas requer prática.

Por fim, importa dizer que a desinformação não deve ser tratada apenas como um fenômeno pontual e passageiro, mas como um aspecto devastador da sociedade da informação que precisa ser combatido a pulso firme. Seus efeitos são danosos e atingem diversas estruturas sociais: desestabilizam organizações e processos democráticos, como aconteceu nos Estados Unidos e vem acontecendo atualmente no Brasil; manipulam cidadãos, que se deixam levar cada vez mais por informações sem fonte e sem credibilidade; matam pessoas que, por pura desinformação, confiam em figuras oportunistas, negam o conhecimento científico, recusam vacinas. E assim, o pensamento de Ferrari e Boarini (2020, p. 39) vem se provando estar mais do que correto: “a desinformação é o vírus deste século”.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. **Fake news se combate com educação, dizem especialistas em audiência na CE**. 2019. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/11/27/fake-news-se-combate-com-educacao-dizem-especialistas-em-audiencia-na-ce>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

ANDERSEN, A. J. M.; RAMUSKI, A. C. F. C. C.; GODOY, E. O ambiente de desinformação global. In: CUNHA, A. F.; DOMINGOS, C. (Org.). **Coletânea da I Jornada Internacional de Pragmática**. 1. ed. Curitiba: Lupa Edições, 2019.

BALEM, I. F. O impacto das fakenews e o fomento dos discursos de ódio na sociedade em rede:

a contribuição da liberdade de expressão na consolidação democrática. In: **Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade**, 4., 2017, Santa Maria. Anais. Santa Maria: UFSM, 2017.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAUM, M.; LAZER, D.; MELE, N. **Combating Fake news: An Agenda for Research and Action**. 2017. Disponível em: <<https://www.hks.harvard.edu/publications/combating-fake-news-agenda-research-and-action>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

CALDERÓN, A. I. Repensando o papel da universidade. **Revista de Administração de Empresas**, v. 44, n. 2, 2004.

CAMPOS, A. C. B.; ZORZAL, L.; GERLIN, M. N. M. Na sociedade da informação uma metamorfose de conceitos: conhecimento e habilidades requeridas ao profissional da informação. In: **Simpósio Internacional de Educação e Comunicação**, 8., 2017, Aracaju. Anais. Aracaju: SIMEDUC, 2017.

CARVALHO, M. F. C.; MATEUS, C. A. Fake news e desinformação no meio digital: análise da produção científica sobre o tema na área de ciência da informação. In: **Encontro Regional dos Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Gestão e Ciência da Informação das Regiões Sudeste, Centro-oeste e Sul**, 5., 2018, Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: EREBD, 2018.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. CHIARELLO, I. S. A universidade e seu papel no desenvolvimento regional: contribuições do PROESDE. **Revista Extensão em Foco**, v. 3, n. 1, 2015.

CONTRETA, M. S.; TORRES, L. O ZUMBI NO IMAGINÁRIO MEDIÁTICO: Zumbi e Pulsão de Morte na Sociedade Mediática. **E-compós**, v. 22, 2019.

CUNTO, R. **Erro de grafia em publicação pró-Bolsonaro provoca acusações de uso de robôs**, 2020. Disponível em: <<https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/04/27/erro-de-grafia-em-publicacao-pro-bolsonaro-levanta-acusacoes-de-uso-de-robos.ghtml>>. Acesso em: 02 nov. 2020.

DAYRELL, M.; RIGA, M.; RAMOS, P. **Senso crítico é arma para combater ‘fake news’**. 2018. Disponível em: <<https://infograficos.estadao.com.br/focas/politico-em-construcao/materia/senso-critico-e-arma-para-combater-fake-news>>. Acesso em: 12 nov. 2021.

DELMAZO, C.; VALENTE, J. C. L. Fake news nas redes sociais online: propagação e reações à desinformação em busca de cliques. **Media & Jornalismo**, v. 18, n. 1, 2018.

DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

FERRARI, P. **Como sair das bolhas**. São Paulo: EDUC/Editora Armazém da Cultura, 2018.

- FERRARI, P.; BOARINI, M. A desinformação é o parasita do século XXI. **Organicom**, v. 17, n. 34, 2020.
- FRIAS FILHO, O. O que é falso sobre fake news. **Revista USP**, n. 116, 2018.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GILS, F. V.; MULLER, W.; PRUFER, J. Big data and democracy. **TILEC Discussion Paper**, n. 3, 2020.
- GIMENEZ, A. M. N.; BONACELLI, M. B. M. Repensando o Papel da Universidade no Século XXI: Demandas e Desafios. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 9, n. 18, 2013.
- GONÇALVES, N. G. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário. **Perspectiva**, v. 33, n. 3, 2015.
- HELBING, D. *et al.* Will democracy survive big data and artificial intelligence?. In: HELBING, D. **Towards digital enlightenment**. Suíça: Springer, 2017.
- HELVOORT, J. V.; HERMANS, M. Effectiveness Of Educational Approaches To Elementary School Pupils (11 Or 12 Years Old) To Combat Fake news. **Media Literacy and Academic Research**, v. 3, n. 2, 2020.
- INSTITUTO UNIBANCO. **Aprendizagem em foco**, n. 42, 2018.
- KOHN, K.; MORAES, C. H. O impacto das novas tecnologias na sociedade: conceitos e características da sociedade da informação e da sociedade digital. In: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 30., 2007, Santos. Anais. Santos: INTERCOM, 2007.
- LILLIAN, S. **Higher education has a role in curbing disinformation**. 2021. Disponível em: <<https://www.universityworldnews.com/post.php?story=20210401070014617>>. Acesso em: 15 nov. 2021.
- MATOS, R. C. Fake news frente a pandemia de COVID-19. **Revista Vigilância Sanitária em Debate**, v. 8, n. 3, 2020.
- NETO, M. *et al.* Fake news no cenário da pandemia de COVID-19. **Cogitare Enfermagem**, v. 25, 2020.
- OLIVEIRA, S. M. P. Disseminação da informação na era das fake news. In: **Encontro Regional dos Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Gestão e Ciência da Informação das Regiões Sudeste, Centro-oeste e Sul**, 5., 2018, Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: EREBD, 2018.
- POP, M.; ENE, I. Influence of the educational level on the spreading of Fake news regarding the energy field in the online environment. In: **International Conference on Business Excellence**, 13., 2019, Bucharest. Anais. Bucharest: ICBE.
- PRODANOV, C. C.; FREITAS, C. F. **Metodologia do trabalho científico**: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIPOLL, L. Comissão de Confiabilidade Informacional e Combate à Desinformação no Ambiente Digital: relato de experiência. In: **Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação**, 28., 2019, Vitória. Anais. Vitória: CBBD.

RODRIGUES, R. B. **Novas tecnologias da informação e da comunicação**. Recife: IFPE, 2016.

SERRA, A. M. **Fake news: uma discussão sobre o fenômeno e suas consequências**. 2018. Monografia (Graduação em Ciência da Computação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

SILVA, C. A. *et al.* Ações das Universidades Federais de Minas Gerais para o enfrentamento da pandemia do covid-19. **Revista GUAL**, v. 14, n. 3, 2021.

SILVA, W. P.; BARBOSA, E. P. Expansão da educação superior para o semiárido: um debate necessário. **Revista Educação e Emancipação**, v. 13, n. 2, 2020.

SOUSA JUNIOR, J. H. *et al.* Da desinformação ao caos: uma análise das fake news frente à pandemia do coronavírus (COVID-19) no Brasil. **Cadernos de Prospecção**, v. 13, n. 2, 2020.

THE SOCIAL dilemma. Direção: Jeff Orlowski. Roteiro: Davis Coombe, Vickie Curtis e Jeff Orlowski. Estados Unidos: Netflix, 2020. 1 Streaming (94 min).